

CORREIO ECONÔMICO

Divulgação Azul



Anúncio do acordo turbinou ação da aérea brasileira

Acordo leva ação da Azul a disparar mais de 10%

A volta por cima. Apenas uma semana após amargar o pior desempenho, entre as ações, os papéis da Azul (AZUL4) dispararam, com valorização superior a 10%, a R\$ 5,90, na bolsa, no pregão dessa segunda-feira (28), por conta do anúncio do acordo fechado com credores, que permitirá à aérea contar com mais US\$ 500 milhões (R\$ 2,5 bilhões), a ser dividido em

partes: a primeira (US\$ 150 milhões), nessa semana, e outra, de mesmo valor, até o final do ano.

O acordo abre margem para a inclusão de mais US\$ 100 milhões em financiamento, além de uma provável troca de dívida por ações, no valor de até US\$ 800 milhões, caso a companhia melhore o fluxo de caixa e reduza seus custos em torno de US\$ 100 milhões por ano.

Dinheiro novo

A entrada de 'dinheiro novo' era uma 'condição' estabelecida pela Azul com arrendadores, o que permitirá reduzir quase US\$ 550 milhões em dívidas, em troca de uma participação acionária de cerca de 20%. O acordo havia sido aventado pela agência Reuters.

Tentativa anterior

Em tentativa anterior, a Azul havia concordado em reduzir sua dívida em US\$ 530 milhões (cerca de R\$ 3 bi), em troca de ações preferenciais, dependendo da aquisição de novos financiamentos. Seriam 'administráveis' outros US\$ 68 milhões, em pagamentos de títulos.

Marcello Casal Jr. Agência Brasil



Febraban não informou montante a ser negociado

Negociação de dívidas terá mutirão nacional em breve

Com a realização do mutirão nacional de negociação de dívidas e orientação financeira – de 1º a 30 de novembro – o consumidor tupiniquim poderá renegociar dívidas de cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado e outras modalidades contraídas junto a bancos, cujos pagamentos estejam em atraso e sem bens

em garantia, informou, nessa segunda-feira (28), a Febraban.

Embora não informado o montante a ser renegociado entre o mercado financeiro e o público, a Febraban se limitou a adiantar que os bancos poderão oferecer parcelamento e abatimentos sobre os respectivos valores das dívidas.

Plataforma

A renegociação dos valores devidos poderá ser efetuada, pelos canais dos bancos ou pela plataforma ConsumidorGovBr, para categorias de contas Prata ou Ouro. Para a consulta de dívidas, o devedor deve acessar o Registrato, site do BC, que oferece dados.

Pix obrigatório

Para quem não sabia, o Pix agendado passou a ser obrigatório, a partir dessa segunda-feira (28), em todas as instituições financeiras e de pagamento. Até essa data, a oferta do serviço era facultativa, mas o BC alterou a norma, após publicação de resolução em 2023.

'Empenho'

Segundo o diretor de Cidadania Financeira e Relações com o Consumidor da Febraban, Amaury Oliveira, "os bancos estão empenhados em ofertar condições especiais para a negociação de dívidas em atraso e contribuir para a recuperação financeira do consumidor",

Novas regras

As novas regras incluem: horário da liquidação do pagamento agendado, de meia-noite a oito horas da manhã, se houver recursos na conta. Caso não haja, a instituição deve informar ao cliente e realizar uma nova tentativa entre 18h e 21h do mesmo dia.

Focus: pela 1ª vez, projeção do IPCA estoura teto da meta

Para o mercado, inflação chega a 4,55% este ano; PIB vai a 3,08%

Por Marcello Sigwalt

Pela primeira vez, desde o início da escalada inflacionária, a projeção do IPCA (índice oficial de inflação) para este ano, pelo boletim Focus – consulta semanal do Banco Central (BC) às 100 maiores instituições financeiras nacionais – consolidou o 'estouro' do teto da meta de inflação (4,5%), passando de 4,5% para 4,55%, a quarta semana de alta seguida.

Até mesmo o chamado 'horizonte relevante' – eufemismo tecnocrático para remeter ao prazo levado em conta, para definição da taxa básica de juros (Selic) – para 2025, cresceu de 3,99% para 4,00%, enquanto para 2026 e 2027, a estimativa permaneceu em 3,60% e 3,50%, respectivamente.

Mais moderada foi a 'aposta' da banca para a economia para 2024, que subiu de 3,05% para 3,08%, mas manteve, para o ano que vem, a previsão em 1,93%. Também estáveis em 2% ficaram as projeções para 2026 (há 64 semanas) e 2027



Agência Brasil

Subida inflacionária segue firme, mas economia dá sinais de perder o 'fôlego'

(há 66 semanas).

Embora continue avançando sua expectativa sobre a inflação, o Focus 'segurou' a Selic em 11,75% ao ano para 2024, o mesmo valendo para o ano seguinte, mantida em 11,25% ao ano, e para 2026 (9,50% ao ano) e 2027 (9,0%).

Igualmente 'imexível' ficou

a estimativa do mercado com relação ao resultado primário, estacionado em -0,60% do PIB (pela 8ª semana seguida), assim como para 2025 (-0,70% do PIB), 2026 (-0,50% do PIB) e 2027 (-0,30% do PIB), pela quinta semana seguida.

Já os prognósticos para a dívida pública do setor públi-

co continuaram nos mesmos 63,50% do PIB, para este ano, em 66,68% do PIB, para 2025, em 69,22% do PIB, para 2026.

O mercado baixou, de US\$ 78 bilhões para US\$ 77,95 bilhões o superávit comercial para 2024, e subiu de 76,09 bilhões para US\$ 76,80 bilhões, para 2025.

BC: pacote fiscal pode baixar os juros

O pacote com medidas fiscais prometido pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva poderá gerar efeito positivo sobre a política monetária se for capaz de gerar uma mudança grande o suficiente em variáveis observadas pelo Banco Central ao definir os juros básicos, disse nesta segunda-feira (28) o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, embora ressalve que o anúncio fiscal não tem relação mecânica com a política

monetária, mas tem potencial de afetar prêmios de risco, taxas longas de juros e câmbio.

"Tem que ser algo que produza uma mudança nas expectativas que seja grande o suficiente para reverter o prêmio de risco, a expectativa de inflação e a curva longa de juros, e isso alimentaria a função de reação (do BC) de maneira positiva", disse.

"Se você tem um choque positivo, vai influenciar a curva

longa de juros, as taxas de juros, o câmbio, as expectativas. E essas variáveis são importantes para nossa função de reação."

Na apresentação, ele reafirmou que se o Brasil quiser juros estruturalmente mais baixos, provavelmente será necessário apresentar ao mercado medidas que sejam interpretadas como um choque fiscal positivo.

O governo previu apresentar a partir de novembro um

conjunto de propostas para controlar despesas públicas, mirando tornar o arcabouço fiscal sustentável e melhorar a trajetória da dívida pública.

Campos Neto disse, ainda, que a decisão de maio do Comitê de Política Monetária (Copom) — que terminou com uma divisão entre diretores indicados neste e no governo anterior — gerou uma "cicatriz de credibilidade, endereçada pela autarquia".

CNI: carga tributária é o maior 'vilão'

Por Marcello Sigwalt

Peso cada vez mais insuportável para quem produz, de fato, no país, a carga tributária é o problema número um, enfrentado pela indústria no terceiro trimestre do ano (3T24), em que 29,2% dos industriais a consideraram o maior entrave ao crescimento do setor. Esta foi a principal conclusão da pesquisa Sondagem da Indústria da Construção, divulgada nessa segunda-feira (28), de forma conjunta, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o que dá o tom da insatisfação da atividade com relação às condições financeiras das empresas.

Desse modo, a percepção dos empresários da construção sobre a situação financeira das companhias acusou piora no 3T24, o que é atestado pela



Divulgação site Mercado e Consumo

Carga tributária é o grande vilão de industriais

queda, em um ponto, para 47,7 pontos, nesse quesito, na passagem do segundo (2T24) para o terceiro trimestre.

Na segunda posição, vêm empatados os quesitos 'a falta ou o alto custo de trabalhadores qualificados' e 'taxa de juros elevada', assinalados por 25,4%

dos empresários. Já o índice que mede a insatisfação com o lucro operacional recuou 0,2 ponto, no mesmo comparativo trimestral, caindo para 45,4 pontos.

Na mesma toada 'insatisfatória', igualmente no 3T24, se deteriorou a percepção do aumento do preço médio de insu-

mos e matérias-primas, mesmo que o indicador, nesse caso, tenha ficado em 61,3 pontos.

O índice de facilidade de acesso ao crédito avançou 1,2 ponto no 3T24 trimestre (40,3 pontos), revelando dificuldade para obter esses recursos. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) da Construção cresceu 1,2 ponto em outubro, chegando aos 54,5 pontos, segundo maior valor do indicador em 2024.

Para o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, "essa alta da confiança se dá muito por conta das expectativas, que estão bastante positivas com relação aos próximos seis meses, enquanto a avaliação das condições atuais, que vinha negativa, passou para um patamar de neutralidade, demonstrando que não houve piora no desempenho das empresas e da economia, na avaliação dos empresários".

Treasuries deixam futuros estáveis

Juros: fôlego de queda esfria com piora do câmbio e Treasuries e taxas ficam de lado

Os juros futuros fecharam a sessão perto da estabilidade. O mercado não teve fôlego para esticar o recuo das taxas, com o movimento de baixa esfriando já no início da tarde, em linha com a piora do câmbio e da curva dos Treasuries. Assim, passaram a oscilar ao redor dos ajustes de sexta-feira com viés de alta durante toda a segunda

etapa, influenciados também por alguma cautela com a agenda pesada da semana.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 fechou em 12,69%, estável ante o ajuste de sexta-feira. A do DI para janeiro de 2027, também estável, encerrou em 12,82%, e a do DI para janeiro de 2029, passou de 12,82% para 12,84%.

Os poucos drivers que o mercado teve na sessão se de-

ram pela manhã, com o tombo dos preços do petróleo e a queda do dólar ante o real abrindo espaço para o mercado corrigir parte do avanço da sexta-feira (25).

A commodity acabou fechando em queda de 6%, com o mercado desarmando posições montadas, em caso de retaliação do Irã ao ataque de Israel, o que não aconteceu. "O mercado ficou preocupado e se armou ali no petróleo, no ouro,

nos juros, no dólar. O Irã fez declaração de que não ia retaliar, mas não sei até que ponto isso pode se manter. O petróleo despencou e juros também vieram (para baixo)", afirma Beto Saadia, diretor de Investimento da Nomos. Segundo ele, a bandeira amarela "não pode ser tão comemorada", pois o "maior problema não é a questão só da energia elétrica, é dos alimentos", que pressionou o IPCA-15 de outubro.